

## Valores e operações subjacentes a *pensar* + complemento infinitivo e a *pensar* + complemento preposicional

Helena Topa Valentim

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

### 1. Introdução

#### 1.1 Algumas notas a propósito da complementação infinitiva em geral

Esta comunicação visa abordar um dos factos sintáctico-semânticos relevantes na descrição do funcionamento do verbo *pensar*: a possibilidade de o objecto directo corresponder a um complemento preposicional na forma do infinitivo, conforme se exemplifica de seguida:

- (1) Só pensava *enrolar-se* a um canto tolhido de frio (Ref: L0001P0107X)
- (2) Alguns investigadores pensam *ir* ao Japão no próximo Outono
- (3) Pensava *serem* casados mas enganei-me
- (4) Eu penso *estares* a brincar comigo...

Entre outros aspectos relativos à forma de complementação infinitiva de *pensar*, recordamos que, estando-se perante uma estrutura de subordinação, esta corresponde a uma relação predicativa imbricada, com complementador nulo. Isto é, ao nível predicativo, estes enunciados apresentam uma imbricação de duas relações predicativas cuja relação predicativa imbricada (<<sub>0</sub>>) – que instancia o lugar argumental de complemento objecto (C<sub>1</sub>) no seio do esquema abstracto associado à relação imbricante (<<sub>1</sub>>) – corresponde a uma completiva com infinitivo não flexionado – enunciados (1) e (2) – ou com infinitivo flexionado – enunciados (3) e (4). Estamos, pois, perante uma relação predicativa complexa, metalinguisticamente representável pela seguinte formalização:

$$a) \quad <_1 A R <_0 a r b >_1 >^1$$

Recorde-se igualmente que a subordinação, assim entendida, é, por outro lado, perspectivável como um dispositivo de marcação de operações ao nível da determinação

<sup>1</sup> Conforme se propõe em Deschamps (1997: 66), representa-se metalinguisticamente a relação predicativa imbricante (de índice 1) com maiúsculas e a relação predicativa imbricada (de índice 0) com minúsculas. Como se propõe em Culicoli, cada relação predicativa (necessariamente orientada) é representada entre parênteses em ângulo (< >).

enunciativa da relação predicativa complexa, marcando, portanto, a determinação de valores temporais, aspectuais e modais do enunciado.

Em particular, o infinitivo não flexionado – enunciados (1) e (2) –, enquanto forma verbal defectiva e, portanto, como elemento oracional dependente, ocorre (salvo em casos especiais<sup>2</sup>) em configurações sintáctico-semânticas que permitam suprir a sua defectividade em termos morfológicos. Tal é caso da relação de imbricação, advindo do verbo da imbricante a referência em termos de sujeito assim como a referência temporal da relação imbricada<sup>3</sup>.

Por conseguinte, do facto de o infinitivo não flexionado ser neutro do ponto de vista morfo-sintáctico decorre, nos enunciados (1) e (2), uma interpretação em que os sujeitos da imbricada e da imbricante são correferenciais.

No caso de um enunciado como (3) ou (4), cuja relação predicativa imbricada corresponde a uma completiva com infinitivo flexionado, não há uma identificação referencial entre os sujeitos da imbricante e da imbricada.

A relação predicativa imbricada é, no caso dos enunciados (1) e (2), uma relação predicativa não saturada, isto é, uma relação predicativa cujos lugares argumentais não se encontram todos instanciados<sup>4</sup>. Por exemplo, ao enunciado (2) – *Alguns investigadores pensam ir ao Japão no Outono* –, a que corresponde uma relação predicativa complexa, metalinguisticamente representável como se segue:

b)  $\langle \text{ }_1 \text{ investigadores, pensar } \langle \text{ }_0 \text{ ( ), ir ao Japão } \langle \text{ }_1 \text{ } \rangle \text{ } \rangle$

o lugar não instanciado (o lugar argumental do sujeito ou  $C_0$ ) da relação predicativa imbricada ( $\langle \text{ }_0 \text{ } \rangle$ ) só o é aparentemente, pois, conforme se propõe em Culioli (1989: 121),

<sup>2</sup> O estatuto do infinitivo como forma verbal que ocorre, sobretudo, na dependência de uma estrutura de subordinação deve-se – como dizíamos – à sua morfologia defectiva. No entanto, não são raros os casos em que o infinitivo surge desligado de uma qualquer forma de dependência, estando-se aí na presença do que os estudos gramaticais em geral referem como infinitivos independentes. Considerem-se como exemplos de algumas construções possíveis:

- (i) Eu, render-me?
- (ii) Não pisar as plantas!
- (iii) Corar, não corei, mas fiquei embaraçado

<sup>3</sup> Por exemplo, a correlação temporal construída quando o verbo da imbricante é um verbo de percepção sensível, como *ouvir* ou *ver*, caracteriza-se pelo estabelecimento de uma simultaneidade entre o estado de coisas descrito pelo predicado da imbricada e o estado de coisas descrito pelo predicado da imbricante. Veja-se os seguintes enunciados em que, independentemente do valor temporal de anterioridade (i) ou de posterioridade (ii) em relação a  $T_0$ , se constrói uma simultaneidade entre as relações predicativas em relação de imbricação, respectivamente a imbricante  $\langle \text{menina, ouvir ( ) } \rangle$  e a imbricada  $\langle \text{rouxinol, cantar, uma bela melodia} \rangle$ :

- (i) A menina ouviu o rouxinol cantar uma bela melodia
- (ii) A menina vai ouvir o rouxinol cantar uma bela melodia

São, portanto, as propriedades léxico-semânticas dos predicados que regem completivas de infinitivo aquelas que determinam qual dos argumentos seleccionados actua como “controlador do sujeito” dessas construções (*idem, ibidem*: 2218).

<sup>4</sup> O infinitivo é descrito, aliás, como um predicado não saturado: “Given a verb P (with the topology attached to the notional representation of P), the infinitive of the said P indicates that we are dealing with an unsaturated unsituated predicate (hence its possible use to refer to the notion at large, in titles or in dictionaries)” (Culioli, 1989: 122).

este lugar argumental é instanciado pelo localizador mais próximo. Como a relação predicativa  $\langle \text{q} \rangle - \langle () \rangle$ , *ir ao Japão* - é localizada pelo localizador situacional baseado na coordenada subjectiva (*alguns investigadores pensam*), *alguns investigadores* torna-se o seu localizador, fornecendo um *site* ao infinitivo, isto é, estabilizando-o como termo de uma relação de localização<sup>5</sup>.

O mesmo raciocínio permite explicar a forma como se constrói a referência em termos de sujeito do infinitivo no seguinte enunciado que inclui uma relativa explicativa:

(2a) O presidente do Centro, que alguns investigadores pensam ir ao Japão no próximo Outono, decidiu ir antes à Grécia

A relação predicativa subjacente à relativa apresenta um lugar argumental vazio:  $\langle \langle \text{investigadores, pensar} \langle () \rangle \text{ ir ao Japão} \rangle \rangle$ . Mas só aparentemente, em *o presidente do Centro*  $\exists \langle \langle \text{investigadores, pensar} \langle () \rangle \text{ ir ao Japão} \rangle \rangle$ , a relação predicativa subjacente que ocupa a posição de  $C_1$  (ou objecto) na relação de imbricação ( $\langle () \rangle \text{ ir ao Japão}$ ) é não-saturada, pois, como atesta a interpretação de (2a), o seu lugar argumental  $C_0$  (i.e., o lugar argumental do sujeito) é instanciado pelo localizador (*o presidente do Centro*). Enquanto oração relativa de natureza explicativa, "*alguns investigadores pensam que o presidente do Centro vai ao Japão no próximo Outono*" corresponde à segunda predicção do enunciado (2a).

Note-se, no entanto, que a configuração em termos de significado do predicado da relação predicativa imbricada (*pensar* +  $V_{\text{inf não flex}}$ ) neste enunciado (2a) difere da do enunciado (2): em (2a), à não correferencialidade entre sujeitos está associada, de forma exclusiva, a configuração de um sentido modal epistémico do domínio do não-certo; no enunciado (2) - como no enunciado (1) -, à correferencialidade entre os sujeitos pode estar associada a configuração de um sentido volitivo.

## 1.2 Configuração do sentido de '*pensar V<sub>inf não flex</sub>*': algumas restrições aspectuais ao nível do complemento

Do ponto de vista da significação construída, a coocorrência com *pensar* de um complemento proposicional na forma do infinitivo não flexionado - em enunciados como (1) e (2) -, pode configurar, portanto, um sentido volitivo, com valor modal epistémico do domínio do certo (i.e. uma asserção estrita), diferente daquele que teríamos no caso de o mesmo verbo coocorrer com um complemento proposicional

<sup>5</sup> Quando o enunciado constrói uma relação inter-agentiva, a determinação referencial do sujeito da relação predicativa imbricada, isto é, a instanciação do lugar argumental  $C_0$ , dá-se de forma diferente (ver Culioli, 1989: 121): o lugar  $C_0$  da relação imbricada encontra-se, explícita (i) ou implicitamente (ii), instanciado, não sendo nunca correferencial ao sujeito da relação imbricante. Por outras palavras, a estabilização do infinitivo como termo de uma relação de localização (isto é, de uma relação predicativa) é assegurada, de forma explícita (i) ou de forma implícita (ii), por um sujeito não correferencial ao sujeito da relação imbricante. Veja-se, por exemplo:

- (i) A professora mandou sair alguns alunos
- (ii) A professora mandou sair

finito – enunciados (3) e (4)<sup>6</sup>. Os predicados dos enunciados (1) e (2) podem, assim, ser parafraseados por “pretender” ou por “ter a intenção de” – enunciados (1b) e (2b) -: cada um dos enunciados (3) e (4) é parafraseável, exclusivamente, com recurso a uma completiva com verbo flexionado – enunciados (3b) e (4b):

- (1b) Só *pretendia* enrolar-se a um canto tolhido de frio
- (2b) Alguns investigadores *pretendem* ir ao Japão no próximo Outono
- (3b) Pensava *que eram casados*, mas enganei-me
- (4b) Eu penso *que estás a brincar* comigo...

A atestar este facto, verifique-se que, contrastando com os enunciados com ‘pensar +  $V_{inf\ não\ flex}$ ’ – enunciados (1) e (2) -, apenas enunciados com outros predicados conceptuais, como *julgar*, *acreditar* e *supor*, permitem ilustrar a complementaridade, amplamente referida pelas gramáticas, entre completivas com infinitivo e completivas finitas. Isto é, só as estruturas ‘*julgar*  $V_{inf\ flex/não\ flex}$ ’, ‘*acreditar*  $V_{inf\ flex/não\ flex}$ ’ e ‘*supor*  $V_{inf\ flex/não\ flex}$ ’ apresentam a possibilidade de ser parafraseadas com recurso a uma completiva com o complementador *que*, preservando o valor modal epistémico do domínio do não-certo.

Aliás, a estrutura ‘*pensar*  $V_{inf\ não\ flex}$ ’ é comumente assimilada à subclasse dos semi-auxiliares modais, em virtude de, em comum com os verbos modais *dever* e *poder*, excluir a complementaridade com a estrutura ‘*pensar que*  $V_{fin}$ ’. *Pensar*, tal como *dever*, *poder* e também como *ousar*, formam com o complemento infinitivo uma espécie de conjugação perifrástica, em que, como é próprio deste tipo de forma linguística, se verifica, necessariamente, uma identidade referencial entre sujeitos.

<sup>6</sup> Ao reconhecermos que os enunciados em que se constrói um sentido volitivo apresentam um valor modal assertivo (de validação ou não-validação da relação predicativa), recusamos, como a generalidade dos autores – por exemplo, Jespersen, von Wright e Culioli – que este sentido permita configurar um tipo de modalidade específico.

Porém, em alguns dos estudos sobre a modalidade, reconhece-se uma especificidade modal a enunciados em que se constrói um sentido volitivo. Por exemplo, tendo na base uma concepção bastante lata de modalidade, a tipologia de modalidades proposta em Rescher (1968) integra o que, a partir da etimologia grega, designa como modalidades bolomaicas (“boulomaic modalities” – ou “bouletic modalities”, como corrige Palmer (1986: 12), em que se enquadrará o que aqui propomos como sentido volitivo, termo de etimologia latina. Da mesma forma, no âmbito da Teoria dos Actos de Fala (Austin, [1962] 21975) – reconhecidamente, um modelo com contributos relevantes na discussão da categoria modalidade – a descrição de um sentido volitivo enquadrar-se-á nos actos de fala expressivos, “where we express our feelings and attitudes”. Já em Palmer (1986: 54-55), por exemplo, a descrição, em Serrano (língua ameríndia), de uma série de partículas que “specify the validity of the statement”, inclui a referência a uma partícula volitiva (“volitative”), apresentada, portanto, como um marcador de modalidade epistémica. Por outro lado, este autor reconhece a dificuldade no estabelecimento de um estatuto modal do que identifica como lexemas verbais volitivos (*hope*, *wish*, mas também *will* em *I’ll ring you tonight sometime* (*idem, ibidem*: 216)). No entanto, reflectindo sobre a distinção entre o que é construído como realizável (“real”) ou como irrealizável ou contrafactual (“unreal”) (ver *idem, ibidem*: 116-119), este autor tende a classificar o “volitivo” como um tipo de modalidade deontica: “some types of deontic modality, in the wide sense, are often expressed in lexical verbs, e. g. those of hoping and wishing in English” (*idem, ibidem*: 97); “volitives are modal in the sense that they involve non-factuality, and are more like deontic modals in that they are concerned more with possible action than the truth, etc. of propositions” (*idem, ibidem*).

Mas, compare-se os enunciados (5) e (6) com os enunciados (1) e (2):

- (5) Como tem olheiras o Luís pensa *estar doente*  
 (6) Vestindo lantejoulas, ela pensa *estar na moda*

Aos enunciados (5) e (6), ambos com a estrutura '*pensar*  $V_{inf\ não\ flex}$ ' e em que também há correferencialidade entre os sujeitos, corresponde um valor do domínio do não-certo, sendo, nessa medida, parafraseáveis com recurso a uma completiva com verbo flexionado:

- (5a) Como tem olheiras o Luís pensa *que está doente*  
 (6a) Vestindo lantejoulas, ela pensa *que está na moda*

Verifique-se que, se nos enunciados (5) e (6) – a que se associa a construção de um valor modal epistémico do domínio do não-certo –, o predicado da relação imbricada é de natureza estativa (*estar doente* e *estar na moda*), nos enunciados (1) e (2) – a que se associa de modo preferencial um sentido volitivo –, o predicado da relação imbricada é de natureza não estativa (*enroscar-se* e *ir*).

Esta constatação permite sugerir que existirão algumas restrições aspectuais ao nível do complemento objecto infinitivo que determinam ora a construção de um sentido volitivo e a consequente construção de uma asserção estrita, ora a construção de um valor modal do domínio do não-certo. Assim, se, por um lado, a construção de um valor epistémico do domínio do não-certo não impõe quaisquer restrições de selecção sobre a classe aspectual da relação predicativa imbricada, o mesmo não se poderá dizer do sentido volitivo: a associação preferencial de um sentido volitivo (e consequente construção de uma asserção estrita) à estrutura completiva com infinitivo de *pensar* ('*pensar*  $V_{inf\ não\ flex}$ ') obedece a algumas restrições aspectuais ao nível do complemento objecto infinitivo.

Ora, como descrever em termos de operações a construção de um sentido volitivo? Subjacente à configuração de um sentido volitivo está uma operação enunciativa de mira, que consiste na construção de um localizador distinto do localizador-origem ( $Sit_0$ ), a partir do qual se pode perspectivar a validação de uma relação predicativa, num tempo construído prospectivamente<sup>7</sup>. Dá-se, por conseguinte, uma natural associação da construção do sentido volitivo de '*pensar*  $V_{inf\ não\ flex}$ ' ao valor temporal de posterioridade, associação essa que se prende com o facto de a operação de mira ("viséé"), conforme Culioli, corresponder a uma construção antecipatória de um estado de coisas, isto é, à expressão de uma intenção do sujeito do enunciado. Daí a paráfrase de '*pensar*  $V_{inf\ não\ flex}$ ' através de "ter a intenção de" ou "tencionar".

<sup>7</sup> Tendo igualmente subjacente uma operação de mira, construções afins com verbos volitivos como, por exemplo, '*desejar*  $V_{inf}$ ' (*O João deseja ficar rico*), ou '*querer*  $V_{inf}$ ' (*Todos querem ganhar*) marcam o mesmo valor que '*pensar*  $V_{inf}$ '. Daí a possibilidade de se reconhecer que a significação construída por *pensar*, quando com um complemento na forma não flexionada do infinitivo, permite configurar um sentido volitivo deste verbo.

A operação de mira implica, por conseguinte, a construção de um *telos*<sup>8</sup>, de um limiar semântico que, no caso dos predicados não estativos, é intrínseco, isto é, se define nocionalmente. Daí que, como vimos nos enunciados (1) e (2), da coocorrência da estrutura '*pensar V<sub>inf não flex</sub>*' com predicados não estativos – correspondentes, portanto, a situações em que há um limiar semântico intrínseco (ou *telos* nocional) -, resulte a configuração preferencial de um sentido volitivo.

Recupere-se, a propósito da operação de mira, a definição proposta em Campos (1998): "A operação de mira consiste em, a partir da situação de enunciação-origem, visar, entre os valores da classe, aquele que permite validar a relação predicativa numa situação Sit<sub>2</sub> definida pela coordenada temporal T<sub>2</sub>. Por definição, faz parte da operação de mira a construção de um hiato entre Sit<sub>0</sub> e Sit<sub>2</sub>" (*idem, ibidem*: 104).

Nos enunciados (1) e (2), o hiato entre a situação da enunciação (Sit<sub>0</sub>) e o acontecimento linguístico construído (Sit<sub>2</sub>) tem um valor modal, isto é, corresponde a uma distância não cronológica, já que se visa um valor de asserção estrita, ou a validação da relação predicativa.

Mas sobretudo, o hiato construído através da operação de mira subjacente ao enunciado (2) tem um valor temporal, particularmente e como dizíamos atrás, um valor temporal de posterioridade, por corresponder a uma distância cronológica perspectivada prospectivamente<sup>9</sup>. Sendo este valor marcado pelo verbo *pensar* na estrutura '*pensar V<sub>inf não flex</sub>*' e pela natureza não estativa do verbo da imbricada (*ir*)<sup>10</sup>, a coocorrência do um adverbial temporal (*no próximo Outono*) marca a especificação temporal do valor construído.

Introduzido num enunciado como (6), o mesmo adverbial temporal (*no próximo Outono*) corresponde a um localizador temporal que marca precisamente a construção de um hiato, pelo que, contrastando com o enunciado (6), o sentido construído, no enunciado (6b) é, para a maioria dos informantes consultados, preferencialmente volitivo:

(6b) Vestindo lantejoulas, ela pensa estar na moda *no próximo Outono*

<sup>8</sup> O termo metalinguístico *telos*, assim como a sua definição no quadro da Teoria das Operações predicativas e Enunciativas, é devedor do conceito aristotélico de *τέλος* (causa final) (Aristóteles, *Da Natureza. Física*, II, 3, 7 e *Metafísica*, I, 3). Por implicar a construção de um *telos*, ou limiar semântico, associa-se à operação de mira a construção de um valor teleonómico.

<sup>9</sup> Mais especificamente, o valor aspectuo-temporal deste enunciado resulta de uma operação de localização situacional, do tempo do enunciado (T<sub>2</sub>) em relação ao tempo da enunciação (T<sub>0</sub>), assumindo o operador de localização (C) um valor de diferenciação, em virtude da relação de posterioridade construída. Por outras palavras, a relação predicativa imbricada é visada como válida numa situação de enunciação definida por uma coordenada temporal (T<sub>2</sub>) necessariamente posterior a T<sub>0</sub>.

<sup>10</sup> Apesar de a generalidade dos autores não pôr em questão a neutralidade temporal-aspectual que os diversos estudos gramaticais atribuem ao infinitivo, parece ficar patente nesta descrição um fundamento para o facto de Culioli se escusar a falar de neutralidade a propósito do infinitivo, quando afirma que, do ponto de vista aspectual, "An infinitive marks an anticipated alteration of the state of affairs. [...] marks the abstract construction of a conceivable event as a closed interval of time [...], hence the construction of a discontinuity" (1989: 122). (1989: 122).

**2. Diferença sintático-semântica entre ‘pensar V<sub>inf não flex</sub>’ e ‘pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>’**

Recuperemos os enunciados (1) e (2), a cuja estrutura ‘pensar V<sub>inf não flex</sub>’ se associa uma interpretação preferencialmente volitiva, e comparemo-los com os enunciados (7) a (9) que registam a presença da construção ‘pensar em V<sub>inf</sub>’, e procuremos clarificar a diferença sintático-semântica entre as duas estruturas em análise – ‘pensar V<sub>inf não flex</sub>’ e ‘pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>’.

- (7) Puxei, com a mão a tremer, a minha chávena de chá e, remexendo desfalecidamente o fundo do açúcar, *pensava em abandonar para sempre a casa daquela velha medonha* (Ref: L0298P0030X)
- (8) *Pensava em a vender a Luíza por uma forte soma...* mas onde tinha ela o dinheiro? (Ref: L0443P0248X)
- (9) Carlos *pensava em arranjar um vasto laboratório ali perto no bairro*, com fornos para trabalhos químicos, uma sala disposta para estudos anatómicos e fisiológicos (Ref: L0379P0097X)

Como nos enunciados (1) e (2), cujo complemento de *pensar* é uma completiva de infinitivo (‘pensar V<sub>inf não flex</sub>’), nestes enunciados com a estrutura ‘pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>’, está em causa a construção de uma operação de mira: visando-se a validação da relação predicativa imbricada, esta operação configura – como dizíamos –, nos dois casos, um sentido volitivo, ou prospectivo, de *pensar*.

No entanto, a construção antecipatória de um estado de coisas inerente à operação de mira marcada nos enunciados (7) a (9), difere, de alguma forma, daquela a que fizemos referência relativamente à estrutura ‘pensar V<sub>inf não flex</sub>’. Fazendo apelo a uma formulação epilíngüística, diremos que, nos enunciados (7) a (9) (‘pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>’), o estado de coisas que se perspectiva – mais concretamente, que o sujeito visa ou constrói antecipadamente – apresenta-se como que protelado, isto é, a cuja concretização se levantam obstáculos. Não sendo necessariamente exequível, a concretização da intenção do sujeito do enunciado assim expressa carece, pois, da definição de uma estratégia, de uma planificação.

Podemos encontrar marcas lingüísticas deste facto, se atendermos ao contexto mais alargado em que ocorrem as seqüências assinaladas a itálico nos enunciados (7) a (9).

No enunciado (7), o tempo associado à oração adverbial *remexendo desfalecidamente o fundo do açúcar* coincide, em toda a sua extensão, com o tempo (T<sub>2</sub>) associado a *pensava em abandonar para sempre a casa daquela velha medonha*. Assim, em virtude dos valores de que o imperfeito é marcador, à situação assim construída (com valor aspectual imperfectivo) corresponde uma duração, facilmente associável, por conseguinte, ao que diríamos ser uma “planificação” por parte do sujeito do enunciado (S<sub>2</sub>).

No enunciado (8), o valor adversativo que introduz a interrogativa retórica (*mas onde tinha ela o dinheiro?*) compromete a realização do estado de coisas construído antecipadamente, ou visado, pelo S<sub>2</sub>. A validação em perspectiva da relação predicativa

imbricada, complemento objecto de *pensar* (em *pensava em a vender a Luiza por uma forte soma*), fica protelada em virtude do obstáculo que se levanta (i.e., “ela não tinha dinheiro”).

Finalmente, no enunciado (9), atente-se no tempo gramatical do verbo *pensar* (o pretérito mais-que-perfeito), no contexto da estrutura ‘*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*’ (*pensara em a vender*), a cujo valor temporal de anterioridade de que é marcador se associa o valor pretérito, ultrapassado em T<sub>0</sub>, da intenção do sujeito, por não ter passado disso mesmo, de uma intenção, sem consecução. Além disso, de tal modo o que se constrói neste enunciado (*pensara em arranjar um vasto laboratório ali perto no bairro*) é uma mera declaração de intenção (não necessariamente exequível, portanto), que se lhe associa uma descrição de requisitos, um conjunto de condições que implicam alguma “diligência” do S<sub>2</sub> para alcançar o pretendido (com fornos para trabalhos químicos, uma sala disposta para estudos anatómicos e fisiológicos).

Recorrendo ainda a uma formulação epilingüística, já a expressão da intenção do sujeito do enunciado expressa nos enunciados cuja estrutura ‘*pensar V<sub>inf não flex</sub>*’ nos permitiu definir a construção de um sentido volitivo – enunciados (1) e (2) – é construída pelo enunciador como “fácil e naturalmente realizável”.

Em termos metalingüísticos, a forma como se constrói o hiato modal e temporal inerente à operação de mira será, por conseguinte, diferente quando esta operação é marcada pela estrutura ‘*pensar V<sub>inf não flex</sub>*’ ou pela estrutura ‘*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*’. No caso de ‘*pensar V<sub>inf não flex</sub>*’, o valor modal (distância não cronológica, já que se visa um valor de asserção) e temporal (de posterioridade) do hiato entre Sit<sub>2</sub> e Sit<sub>0</sub> é construído como suprível pelo S<sub>2</sub>. No caso de ‘*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*’, o hiato entre Sit<sub>0</sub> e Sit<sub>2</sub>, com o mesmo valor modal e temporal, é construído como um itinerário de diligências sem as quais este não é suprido pelo S<sub>2</sub>.

Assim se explicará o facto de ser menor a frequência de enunciados em que *pensar*, na estrutura ‘*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*’, ocorre na primeira pessoa e no presente do indicativo (no *corpus* consultado<sup>11</sup>, é de frequência nula) que a frequência de enunciados em que *pensar*, na mesma construção, ocorre na terceira pessoa e noutros tempos gramaticais. Por outro lado, ‘*pensar V<sub>inf não flex</sub>*’, não apresenta a mesma restrição: não é sensível qualquer diferença de frequência entre enunciados em que *pensar* ocorre na primeira pessoa e no presente do indicativo e enunciados em que se constroem valores subjectivo e temporal de diferenciação ou de ruptura com a situação enunciativa origem. A não heterogeneidade enunciativa, subjectiva e temporal, não será tão compatível com a operação de mira subjacente a ‘*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*’ como com esta operação, se subjacente a ‘*pensar V<sub>inf não flex</sub>*’.

Em ‘*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*’, haverá, por assim dizer, uma objectivização do complemento objecto de natureza preposicional, o que se traduz num traço de

<sup>11</sup> Para esta investigação, socorremo-nos de um corpus de referência que integra textos autênticos, orais e escritos, provenientes do Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), cedidos pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.



estatividade; isto é, a preposição *em* permite configurar o complemento infinitivo como um simples prolongamento, como uma extensão, do verbo *pensar*<sup>12</sup>.

Em '*pensar V<sub>inf não flex</sub>*', pelo contrário, o complemento infinitivo é perspectivado a partir do sujeito, saindo reforçado o sentido do seu empenhamento na acção que é por si visada, ou construída prospectivamente. Dir-se-á, por conseguinte, que a significação construída neste caso se traduz por um traço de actividade ou agentividade.

Esta hipótese de explicação parece poder ser confirmada pelo tipo de restrições aspectuais que, por um lado, '*pensar V<sub>inf não flex</sub>*' impõe e que, por outro lado, '*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*' não impõe ao predicado da relação imbricada. Conforme vimos atrás, a estrutura '*pensar V<sub>inf não flex</sub>*' configura um sentido volitivo quando o verbo no infinitivo é de natureza não estativa pois, se este for de natureza estativa, esta estrutura marca a construção de um valor epistémico do domínio do não-certo. Já a atribuição de um sentido volitivo à estrutura '*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*' não depende da natureza aspectual do predicado da relação imbricada, que pode ser quer de natureza não estativa, quer de natureza estativa.

Ao que seja a especificidade sintáctico-semântica do funcionamento de '*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*', e que aqui procuramos descrever, não será alheio o valor da preposição *em*. Fazendo parte das preposições das quais se diz serem "vazias" ou "incolores", é de admitir – como se propõe em Leeman (1997) a propósito da preposição do francês *en* – que o valor de *em* associa uma certa noção ("plus sophistiquée que celle que lui attribuent les dictionnaires ou une première intuition [...]") a uma certa função (ou "rôle tétique" (*idem, ibidem*: 136)). Como é evidente nos exemplos por nós propostos, a presença da preposição *em* condiciona a interpretação da forma que a segue – infinitivo, nos casos até agora em análise, mas também nominal. E, naturalmente, a presença da preposição *em* condiciona ainda a interpretação do complemento que esta constitui com a forma que a segue.

Qual será, pois, o valor desta preposição que, coocorrendo com *pensar*, determina a construção de um sentido diferente do de quando este verbo ocorre sozinho?

A partir da observação dos paradigmas susceptíveis de ocorrer com *être en* (por exemplo *être en robe, être en prêtre, être en miettes, être en Lettres, être en voiture, être en France*), propõe-se em Leeman (*ibidem*: 138) que a "*en* ne s'accommode pas des noms désignant une propriété naturelle mais ceux qui indiquent un état, c'est-à-dire la situation résultant d'une action, d'un processus extérieur à l'entité qualifiée". Este autor propõe ainda que a interpretação associada remete sempre para uma situação transitória: por exemplo "dire que *Max est en (horticulture + médecine + agronomie)* ne revient pas à signifier que *Max est ((un) horticulteur + médecin + agronome)* mais seulement qu'il se prépare à ses métiers [...]; *Max est en apprentissage / Max est apprenti*" (*idem, ibidem*: 139).

A eventual articulação entre o valor da preposição *em* proposto por Leeman nestes contextos do francês e o seu valor no contexto '*pensar em V<sub>inf (não flex)</sub>*' (e ainda noutros

<sup>12</sup> Refira-se o facto de a fixação dos limites quantitativos e qualitativos de uma situação se dever ao argumento em posição de objecto (C<sub>i</sub>).

contextos linguísticos aqui não referidos) não é simples<sup>13</sup>. Mas, no que respeita à diferença entre as estruturas '*pensar V<sub>inf</sub> não flex*' e '*pensar em V<sub>inf</sub> (não flex)*', poder-se-á, por conseguinte, afirmar que se está perante dois predicados diferentes, sendo essa diferença determinada pelo tipo de operação de mira marcada através da coocorrência de *pensar* com o seu complemento, infinitivo ou preposicional.

Sintetizando a nossa proposta. A primeira estrutura – '*pensar V<sub>inf</sub> não flex*' – corresponderá à construção de um sentido volitivo orientado para o sujeito, isto é, à formulação de uma intenção do sujeito do enunciado cuja consecução não é, por isso, posta em causa. Correspondendo também à construção de um sentido volitivo, a segunda estrutura – '*pensar em V<sub>inf</sub> não flex*' – configura uma objectivação do complemento objecto, isto é, corresponderá à construção de um sentido volitivo orientado para o objecto. Daí que o sentido construído reflecta o facto de a consecução do objecto da intenção expressa por parte do sujeito depender de uma estratégia ou ainda o facto de esta ser susceptível de ser protelada por um qualquer factor exterior.

#### Referências bibliográficas

- Austín, J. L. ([1962] <sup>2</sup>1975) *How to do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.  
 Campos, M. H. C. (1998) *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*. Lisboa: JNICT/FCG.  
 Culioli, A. (1989) Representation, referential processes and regulation. Language activity as form production and recognition. In J. Montagero; A. Tryphon (eds.) *Language and Cognition*. Geneva: Foundation Archives Jean Piaget 10, pp. 97-124.  
 Deschamps, A. (1997) Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels des verbes. In C. Rivière; M.-L. Groussier (eds.) *La notion*. Paris: Éditions Ophrys, pp. 60-74.  
 Lecman, D. (1997) Sur la préposition *en*. *Faits de Langues* 9, pp. 135-143.  
 Palmer, F. R. (1986) *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.  
 Rescher, N. (1968) *Topics in Philosophical Logic*. Dordrecht: Reidel.  
 Valentim, H. T. (2005) *Um Estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>13</sup> A descrição e formalização do(s) valor(es) da preposição *em* (que não corresponde, naturalmente, à preposição *en* do francês) exigiria um estudo exaustivo de todos os contextos de ocorrência possíveis. Cingimo-nos, assim, a propor uma explicação metalinguística da diferença entre '*pensar V<sub>inf</sub>*' e '*pensar em V<sub>inf</sub>*', cientes de que a identificação do valor de *em* permitiria uma análise composicional da construção da significação destas formas, seguramente mais satisfatória do ponto de vista científico.